

7

Considerações finais

Vem vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora não espera acontecer. (Pra não dizer que não falei das flores,
Geraldo Vandré)

As políticas universais até hoje implantadas no país não garantiram a simetria de oportunidades necessária à cidadania de amplos setores sociais, especialmente, dos afro-brasileiros. O processo de exclusão vivido por esses setores compromete a evolução democrática do país, reforçando as características hierárquicas e autoritárias da sociedade brasileira. As políticas de cunho universalista são fundamentais, já que a “pobreza no Brasil tem cor” (Henriques, 2002, p.29), entretanto, elas não são suficientes.

Desde os anos 90 do século passado, há em curso no país um processo de visibilização da desigualdade racial que pretende desconstruir a sua naturalização, evidenciando a necessidade de políticas específicas para os negros especialmente às voltadas ao mercado de trabalho e à educação.

O movimento nacional para a implementação de ações afirmativas solidificou-se depois da participação do Brasil na 3ª Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001, na África do Sul. Após assinar a Declaração de Durban, o Brasil se comprometeu a implantar políticas específicas para grupos que têm sido historicamente discriminados.

As ações afirmativas são uma estratégia que visa beneficiar parcela da população afetada por mecanismos discriminatórios longevos, alterando seu *status* de inferioridade social através da promoção da igualdade de oportunidades ao acesso de recursos e bens. São, portanto, políticas públicas focadas, ações parciais, temporárias, limitadas, que não têm capacidade de alterar a situação da maioria dos afro-descendentes, nem tampouco estão aptas a solucionar os problemas de natureza estrutural da sociedade.

As políticas de ação afirmativa são amplamente utilizadas no Brasil e em diferentes países e recomendadas pelo *Relatório de Desenvolvimento Humano*, da ONU como estratégia de desenvolvimento humano.

As ações afirmativas estudadas neste trabalho, as implantadas em 2003 na UERJ, constituem uma experiência em fase de construção. Os alunos ingressantes em 2003, cursam no momento do fechamento deste estudo, o quarto ou quinto períodos⁵². A comunidade universitária ainda está se adaptando a nova realidade que democratizou o acesso àquela instituição pública, acentuadamente, nos cursos que gozam de maior *status* social. Assim, é importante ressaltar que as considerações aqui feitas estão sujeitas a inúmeras alterações. As reais mudanças na UERJ, assim como os impactos acadêmicos e sociais da implementação da reserva de vagas, exigem mais tempo de maturação e vigência para serem analisadas com maior abrangência e profundidade. Consciente dos limites do presente trabalho, ouso fazer algumas considerações abaixo.

A reserva de vaga chega à UERJ através da mobilização de setores sociais de fora da universidade, principalmente, do Movimento Negro que, por sua iniciativa, provoca os poderes executivo e legislativo que respondem à demanda em forma de leis estaduais.

O cumprimento das “leis de cotas” criou uma situação paradoxal. Significou uma vitória democrática de parcelas da sociedade civil, ao mesmo tempo que violou um princípio democrático muito caro às universidades, qual seja, o da autonomia.

A universidade se viu na obrigação de promover mudanças institucionais de porte, geradas por deliberações tomadas fora de seus muros, num tempo extremamente exíguo e com as quais, muitos de seus atores não concordavam.

Entretanto, passados dois anos da fase mais crítica de implantação da reserva de vagas que foi sem dúvida, aquela na qual a UERJ se viu provocada pela proposição de inúmeras ações judiciais, tendo sido “bombardeada” diariamente por setores da mídia, pode se dizer, que a experiência transcorre de modo organizado e relativamente tranquilo. A afirmação feita pela sub-reitora de graduação atestando que foi extremamente difícil romper a inércia da comunidade universitária, mas que hoje, para a maior parte dela, a questão do acesso das camadas excluídas já está relativamente pacificada e que a permanência dos alunos cotistas na universidade se constitui no maior desafio a enfrentar, vai nessa mesma direção.

⁵² Na faculdade de Direito vigora o sistema da créditos.

A UERJ não se constitui numa universidade de elite. Sua trajetória demonstra que foi vocacionada a dar formação aos trabalhadores urbanos, que freqüentam seus cursos de graduação no turno da noite.

Não constitui novidade àquela comunidade universitária a presença de alunos negros, carentes, provindos das escolas públicas. Entretanto, em determinados cursos, os mais valorizados socialmente, os que são considerados a elite da universidade, entre eles destaca-se o de Direito, especificamente nesses cursos, a maioria dos alunos é branca, de classe média, média alta, são rapazes e moças que freqüentaram escolas particulares, cursinhos pré-vestibulares, cursinhos de língua inglesa e outras mediações educativas que lhes possibilitaram acesso a uma vaga muito disputada e a um diploma muito valorizado. Nesse espaço acadêmico, o da Faculdade de Direito da UERJ, a chegada de alunos negros, carentes economicamente, oriundos do ensino público é sim uma inovação e causa impacto nas relações entre as diferentes culturas em convívio.

As ações afirmativas, trouxeram àquele ambiente uma sensação de “estranhamento”, de “quebra” de unidade, que representava a “homogeneidade” com a qual os professores estavam acostumados a trabalhar. Essa “quebra” gerou “desconforto” aos professores, que se viram obrigados a lecionar numa nova realidade que sequer foram consultados a gerar. Lembremos que, em 2003, na Faculdade de Direito, 52% dos alunos ingressantes foram cotistas. Um número bastante significativo.

Os desafios e tensões típicos do convívio entre diferentes culturas no ambiente escolar, tão fartamente encontrados, por exemplo, no ensino público obrigatório, começam a “ganhar corpo” na universidade como um todo e na Faculdade focalizada, e exigem discussões e tomadas de decisão. Os professores da Faculdade de Direito enfrentam os dilemas de uma educação que até pouco tempo, era voltada a um padrão cultural e identitário mais próximo do seu e que agora é mais plural e diverso.

O fato é que as cotas implementadas na UERJ, até o presente momento, têm realizado a inclusão de estudantes capacitados negros, proveniente das escolas públicas, com um nível de renda baixo e, em número significativo, abrindo portas antes cerradas. A universidade e sua comunidade sentem o impacto dessa inclusão ocorrida a partir de 2003.

Ilustro esse impacto contando um fato que ocorreu comigo num final de manhã. Estava na UERJ esperando para entrevistar um professor. Durante a graduação de Pedagogia costumava lanchar no bar do 11º andar que, como muitos outros, são arrendados pelos centros acadêmicos das faculdades. Esse bar era freqüentado majoritariamente por estudantes sem dinheiro para lanches caros. Havia a promoção imperdível de um cachorro-quente com um copo pequeno de guaraná natural por R\$ 2,00 que fazia muito sucesso. Passado um ano e pouco, fui em busca dessa promoção. A atendente me disse que ela não existia mais. Eu protestei e perguntei inconformada como uma promoção tão bem sucedida, a ponto de formar fila no bar poderia ter sido encerrada. A atendente em voz baixa falou em meu ouvido que a promoção havia se tornado inviável por conta do novo perfil econômico dos alunos. Eu, sem atinar, disse também em voz baixa, que não estava entendendo, afinal um cachorro-quente completo com um copo de guaraná natural pelo preço cobrado era barato, quando comparado às demais opções de lanche existentes na universidade. Minha interlocutora pacientemente explicou que, para os alunos cotistas que agora freqüentavam o bar, era mais vantajoso comer dois salgados por R\$ 1,00 cada, visto que, eles “enchiam” a barriga, “matavam” a fome mais do que o cachorro-quente e saiam pelo mesmo preço. Eu em flagrante diferença cultural perguntei, e o guaraná? Eles ficam com sede? A moça ainda em voz baixa falou, eles bebem a água dos bebedouros ou das torneiras dos banheiros, pelo menos “a barriga está cheia”. É possível concluir que, a nova “clientela” do bar, costumeiramente freqüentado pelos alunos com menores condições financeiras, enfrenta maiores dificuldades do que a anterior, o que faz sentido. Esse fato me faz pensar em algumas questões, se o bar do 11º andar sofre impacto com a mudança do perfil do alunado da universidade seria possível que a universidade como um todo não tenha também sofrido inúmeros impactos? Por outro lado, se o bar necessitou adequar sua oferta de lanches, quantas reestruturações e de quais naturezas, a universidade não precisou e precisa realizar por conta da chegada dos alunos cotistas?

Creio que seja muito significativo, o fato dos professores entrevistados estar de acordo com a justeza das ações afirmativas no espaço da sua universidade. Entendem que é medida que se impõe em nosso contexto social, entretanto, não estão imunes à reprodução de esteriótipos que reforçam os preconceitos sociais, raciais e culturais, nem às expectativas diferenciadas a partir dessas mesmas características.

Há depoimentos dos professores que evidenciam a expectativa do fracasso pesando sobre os alunos cotistas, tanto é assim que alguns professores se surpreendem com os resultados não tão ruins desses alunos. Por outro lado, constatei que também existem, entre eles, expectativas de sucesso em relação aos alunos cotistas.

Os professores registram que seus alunos cotistas em geral, têm “garra”, motivação, interesse e são assíduos. Principalmente, são esforçados diante das dificuldades que vivenciam no enfrentamento da rotina universitária, visto que, não possuem um preparo adequado à realização satisfatória de um bom curso universitário, nos moldes do oferecido pela Faculdade de Direito.

De acordo com os depoimentos, a maior dificuldade a ser superada pelos cotistas diz respeito ao uso da linguagem, especialmente a escrita. Afirmam os professores que essa dificuldade é decorrente de uma insuficiente formação dos alunos pelos ensinamentos fundamental e médio e, que não caberia à universidade a responsabilidade de dar resposta a ela.

Para a maioria dos professores entrevistados, as dificuldades dos seus alunos podem ser superadas com o remédio do esforço empreendido individualmente. Nesse sentido, os professores defendem que seus alunos cotistas recebam bolsas e auxílios afim de que possam se dedicar aos estudos com afinco. Defendem ainda, a melhoria das condições da biblioteca.

Os professores, quanto às suas práticas pedagógicas, realizaram pequenas adaptações ao modelo até então vigente, adotando algumas estratégias como o uso constante do quadro “negro”, a citação de exemplos, a entrega de sinopses aos alunos, dentre outras.

Não encontrei no depoimento dos professores uma abordagem crítica acerca da cultura e excelência acadêmicas, dito de outra forma, parecem satisfeitos com o trabalho que desenvolvem na faculdade e suas conseqüências, não vendo motivos para modificá-lo.

Através dos documentos da universidade é sabido que os alunos cotistas não se evadiram, muito embora, tenham ficado sem os recursos das bolsas que só chegaram no ano seguinte - 2004. Ao contrário, seu nível de evasão é bem menor quando comparado ao dos alunos não cotistas, muito embora, provavelmente experimentem vicissitudes para manter-se estudando. Quanto às suas notas, seu aproveitamento acadêmico é pouco menor ao dos alunos não cotistas.

A pesquisa empreendida, apesar dos seus muitos limites permite constatar que a excelência da universidade nunca esteve em jogo por conta do sistema de cotas implantado na universidade. O que está em jogo é a permanência dos alunos cotistas numa universidade que tem atravessado momentos de aguda falta de recursos financeiros, o que põe em risco a concretização da inclusão dos setores marginalizados, pretensão das ações afirmativas na universidade mas, principalmente, ameaça a qualidade dos cursos que ela oferece. A importância de políticas públicas consistentes com as políticas de ação afirmativa é uma responsabilidade ineludível dos governos federal e estadual.

Poderia ser interessante que a universidade, as faculdades e/ou a Associação de Docentes da UERJ promovesse espaços de discussão e troca entre os professores, um fórum coletivo, afim de que pudessem trabalhar as tensões que apareceram com a implantação das cotas na universidade. Por exemplo, um fórum de discussão acerca da discriminação racial e do preconceito que se materializam na sala de aula, seria uma boa iniciativa a ser realizada, visto que os professores têm uma dificuldade em reconhecer e lidar com a temática racial, o que não constitui surpresa, afinal é o silêncio insidioso que precisa ser rompido, tradição de nossa democracia racial.

No momento histórico que atravessamos, há uma emergência de pertença étnica, racial, cultural como categoria pertinente à luta por direitos coletivos e, neste contexto, acredito que as ações afirmativas podem ser um instrumento dessa luta, ainda que limitado. Infelizmente, as políticas repressivas que punem os atos de discriminação racial não foram suficientes à reversão do quadro de subordinação econômica, política e cultural dos afro-brasileiros. Assim, são imprescindíveis políticas propositivas que têm por meta combater esteriótipos negativos, historicamente construídos e consolidados na forma de preconceitos e racismo, somadas às políticas de ação afirmativa que promovam a igualdade de oportunidades. Este constitui um caminho que cabe ao Estado brasileiro trilhar.

Por fim, as universidades também estão chamadas a promover e apoiar as ações afirmativas que democratizam o acesso às suas vagas à pluralidade sócio-cultural existente em nossa sociedade. No mais, tais ações devem estar acompanhadas de medidas sócio-educativas, de uma ampla discussão sobre os pressupostos configuradores da cultura acadêmica vigente e da pedagogia universitária e do favorecimento às pesquisas sobre essa temática, assim como incluí-la em suas ações de extensão universitária.